

As peregrinações de um conceito: populismo na América Latina

Antônio Mitre*

Resumo

Este ensaio mostra como o termo ‘populismo’, esvaziado do valor heurístico que lhe atribuíram o marxismo e a sociologia da modernização, e dissociado de qualquer referência a um período específico ou a um sistema social em particular, tornou-se uma ferramenta ideológica nas lutas políticas pela representação da verdadeira democracia na América Latina. Além disso, argumenta-se que, hoje, os principais contrastes entre regimes de esquerda, e de forma mais geral entre os países latino-americanos, não se referem à maior ou menor ênfase na democracia participativa ou representativa, nem ao grau de institucionalização de seus sistemas partidários, mas à capacidade, complexidade e força de seus fundamentos estatais. Nessa linha de raciocínio, as diferenças entre regimes podem ser melhor explicadas pela dinâmica da dependência de trajetória, particularmente no que se refere ao legado do período nacional desenvolvimentista. O caso da Venezuela é analisado para ilustrar esses argumentos.

Palavras-chave: Populismo; Democracia; Estado; América Latina.

O termo populismo, sem ser dos mais longevos do vocabulário político do Ocidente, carrega já uma intrincada história.¹ Não obstante os medievalistas o tenham utilizado para identificar as doutrinas de poder ascendente formuladas por autores como Marsílio de Pádua (1275-1342) e outros, o nome só aflora na época moderna, em meio a duas idéias de forte carga teleocrática – revolução e democracia – que lhe configuram o sentido até hoje.² Com efeito, o uso do vocábulo na arena política remonta às querelas socialistas do século XIX, quando aparece como epíteto atribuído às doutrinas reputadas voluntaristas ou cegas por não atentarem para os limites postos à ação revolucionária pelas condições objetivas do desenvolvimento histórico. Assim foram percebidas, desde

* Doutor em História pela Columbia University (EUA) e professor de Universidade Federal de Minas Gerais.

¹ O presente texto é a versão escrita de palestra proferida na Pontifícia Universidade Católica em Belo Horizonte, como parte do Ciclo de Debates “Quem somos nós e por que pensar na América Latina”. Não obstante os retoques de referências bibliográficas, complementos e adereços para fins de publicação, ele conserva, no conteúdo e na forma, a espontaneidade daquela comunicação. Não se trata de estudo fundamentado em pesquisa empírica, ou em conhecimento especializado, mas apenas de um ensaio que reflete a impressão provocada pelo debate acadêmico e jornalístico em torno do processo político latino-americano e particularmente da Venezuela. Agradeço à Professora Heloísa Guaracy Machado e a André Mascarenhas pelo convite para redigir o que então fora exposto na apresentação oral.

² Sobre as doutrinas populistas medievais, consultar, entre outros, Ullmann (1961).

a perspectiva do socialismo científico, as organizações políticas e os intelectuais que alimentavam a esperança de um caminho não-capitalista para a Rússia e de uma democracia camponesa sustentada na revitalização de antigas instituições comunitárias.³ De origem rural, embora sem a postura sisuda ou a orientação socialista do *narodnichestvo* russo, as revoltas do oeste norte-americano nos primórdios do século XX também foram batizadas de populistas, mas desta vez pelos próprios *farmers* que reagiam contra o avanço do grande capital no setor agrícola. Na América Latina, o vocábulo, introduzido na esteira do marxismo, tem sido largamente utilizado, desde a fase nacional desenvolvimentista até a atualidade, na caracterização de certo tipo de regimes, assim como para demarcar, no plano ideológico, as diferenças entre direita e esquerda, e as tendências ou desavenças dentro desta última.⁴

O populismo clássico latino-americano, referido à fase 1930-1960, mostra algumas particularidades quando comparado com seus antecessores europeu e estadunidense. O distintivo maior radica no seu caráter predominantemente urbano e modernizador, explícito no discurso político, que destaca como legítima portadora da essência popular a massa operária das cidades. Com efeito, o processo de industrialização, sob o comando do Estado, esteve na base do pacto político costurado pelos regimes nacional-desenvolvimentistas, quando em toda parte ganhava legitimidade a intervenção do poder público nas esferas social e econômica.

Numa obra seminal e representativa da chamada sociologia da modernização, Gino Germani, Torcuato di Tella e Octavio Ianni (1973) interpretam o populismo da época como a forma que assumiu, na América Latina, a transição da ordem oligárquica para a sociedade industrial moderna. Reformistas em essência, os regimes populistas da região teriam buscado, através de uma aliança de classes, diminuir ou mesmo neutralizar o poder das elites latifundiárias, ampliar o mercado interno e promover, via política cambial e protecionismo, o desenvolvimento industrial, em sintonia com os pressupostos do sistema capitalista. Equidistante do fascismo e da revolução burguesa, sua feição política foi identificada por uns como decididamente autoritária (Germani), e por outros como a democracia possível nas circunstâncias da modernização acelerada das economias e sociedades da região (Di Tella). De toda forma, resulta claro que, nas

³ O *mihr*, por exemplo. Entre as organizações consideradas populistas, cabe lembrar *Narodnia Volia* (Vontade do Povo) e *Zemlia i Volia* (Terra e Liberdade). Sobre os debates entre as correntes socialistas, pode-se consultar Tvardovskaia, (1978).

⁴ Uma compilação de estudos sobre o populismo em distintos contextos históricos e épocas encontra-se em Ionescu e Gellner (1969).

análises clássicas, seja na linha da sociologia da modernização ou do marxismo, os fenômenos com os quais o populismo viria a ser identificado corriqueiramente – a relação do líder com a massa, o discurso político que apela ao povo como depositário de valores orgânicos e permanentes, o nacionalismo, a incorporação de setores populares à cidadania, e as formas de representação corporativa – só se tornam inteligíveis em seu sentido aparente quando abordados no marco da configuração estruturada no processo de transição da ordem oligárquica tradicional para a industrialização capitalista.

As primeiras tentativas de desvincular o populismo da referência a um determinado sistema social ou período específico aconteceram, significativamente, na década de oitenta, quando ganhava corpo a orientação neoliberal. O fenômeno populista passou, então, a ser entendido como uma doença crônica que aflige sobretudo regimes de esquerda, levando-os a adotar políticas fiscais na contramão do que aconselharia a boa teoria econômica. Nessa linha exegética, os governos acometidos pelo vírus populista, com a laudável intenção de fazer crescer rapidamente suas economias e redistribuir melhor a renda, apostam em medidas macroeconômicas que estimulam o aumento do gasto público e dos salários, em detrimento de programas tendentes a elevar gradualmente a produtividade.

A obra editada por Dornbush e Edwards em 1991 demarca a nova orientação. Através de vários estudos de caso, os autores apontam a trajetória de *boom and bust* a que estão sujeitos os regimes que, na expectativa de alcançar os objetivos acima mencionados, implementam políticas expansivas apoiadas na ativação da capacidade ociosa de suas economias, na disponibilidade conjuntural de reservas internacionais e na supervalorização da moeda, via manipulação da taxa de câmbio. Insustentável no médio prazo, essa estratégia conduz a um corolário inexorável: após uma melhoria temporária no salário real e nas taxas de emprego e de produção, a demanda crescente de bens domésticos puxa a inflação para cima. Para neutralizá-la, os governos passam a subsidiar as importações, com o qual se acentuam não só a escassez de divisas e o déficit fiscal, devido à queda na arrecadação tributária, mas também o declínio da produção local e a fuga de capitais. A partir daí, tudo é *cuesta abajo*: a desvalorização cresce e, no mesmo ritmo, cai o poder aquisitivo dos trabalhadores, enquanto a inflação atinge níveis que sinalizam o colapso do sistema econômico, exigindo novamente a implementação de medidas de estabilização baseadas na contenção do gasto fiscal e no congelamento dos salários – programas de reajuste levados a cabo geralmente com a assistência do Fundo Monetário Internacional.

Uma vez que o populismo, na versão acima explicitada, assumiu a condição de síndrome sem relação com o sistema social, e sua causa passou a se alojar no temperamento afoito de algumas lideranças, ficou expedito “o caminho para a formulação da hipótese neopopulista”.⁵ A partir de então, alguns regimes neoliberais, antípodas em quase tudo da orientação característica do populismo clássico, passaram a ser considerados rebentos da mesma cepa em função de traços isolados e pontuais: práticas clientelísticas, personalismo, políticas assistencialistas de alcance restrito e dirigidas a paliar os efeitos perversos das reformas econômicas dos anos 1980 e 90.⁶ Convertido em adjetivo sem coloração ideológica definida, mas impregnado de conotações pejorativas, o termo populista começou a ser aplicado, então, indistintamente a governos de direita ou de esquerda.

Com o colapso do socialismo real e a crise do nacional-desenvolvimentismo, o vocábulo, com ou sem prefixo, voltou à tona pelas mãos da mídia e de uma parte da academia que buscava qualificar o espectro político emergente após o fim da Guerra Fria.⁷ Nesse empreendimento, o populismo passou a funcionar como um dos parâmetros para diferenciar, à maneira aristotélica, a boa democracia de sua forma corrompida, ou a modernidade anacrônica do verdadeiro caminho das pedras. Assim, a variedade de experiências nacionais veio a ser condensada em três categorias de uso costumeiro nas análises sobre a região. No quadrante à direita do eixo imaginado, estariam os regimes que, além de continuar na trilha das reformas neoliberais dos anos 80 e 90, mantêm-se alinhados com as diretrizes da política externa dos Estados Unidos. No centro-esquerda, colocam-se os de orientação social-democrata que, sem romper com o passado imediato, procuram mitigar as desigualdades produzidas pelo modelo econômico através de políticas sociais de amplo espectro, dirigidas, sobretudo, às populações de baixa renda. O pragmatismo norteia a política externa desse grupo de países que, no plano institucional, aderem aos princípios do estado de direito e da democracia representativa, com destaque para o sistema partidário como seu principal veículo.

Finalmente, estariam os casos emblemáticos de uma outra esquerda – revolucionária para uns, populista e retardatária para seus críticos –, identificável pelo ataque concertado contra a herança neoliberal e por um discurso ruidosamente anti-

⁵ Uma excelente análise dessa transição, assim como uma crítica do termo “neopopulismo”, encontra-se em Vilas (2004).

⁶ Ver, por exemplo, Graham (1998).

⁷ Uma tentativa precoce foi formulada por Pereira (1997).

norte-americano. Esses governos caracterizar-se-iam, ainda, pela implementação de diretrizes nacionalistas e estatizantes na esfera econômica, por um acentuado personalismo e centralismo na condução política, assim como pela ênfase unilateral no princípio majoritário da democracia e, concomitantemente, nos mecanismos de participação popular à margem, ou por cima, do sistema partidário. Embora a etiqueta de populismo seja universalmente rejeitada pelos três grupos, ela funciona como um divisor de águas para diferenciar a esquerda progressista daquela que estaria nadando contra a corrente. No desenho dessa cartografia, é notório o afã de identificar de que lado ainda pulsa o espírito revolucionário e, sobretudo, onde está a verdadeira democracia, e onde a demagogia e o autoritarismo, encobertos sob o largo manto daquela palavra. E, na medida em que se presume que a democracia é um valor universal “e único regime que tem condições de garantir estabilidade política e desenvolvimento econômico sustentado” (PEREIRA, 1997, p. 8), o que está em jogo é o sentido da história que cada uma dessas posições julga representar em oposição às outras, consideradas retrógradas, antiquadas e, no limite, reacionárias por andarem na contramão.

Seja como for, parece claro que as coordenadas desse mapa assentam-se sobre três princípios tácitos: primeiro, de que o populismo é um desvio eqüidistante do liberalismo e do socialismo autênticos; segundo, de que o populismo e o neopopulismo são irmãos gêmeos; e, por fim, de que o neoliberalismo de finais do século XX prolonga a linhagem do liberalismo clássico. Com base nesses pressupostos, passa-se, então, a montar distintos jogos de armar que ofuscam a compreensão dos sistemas sociais em que se sustenta o atual quadro político latino-americano.

Aqui se afirma algo distinto, vale dizer, que o chamado “neopopulismo” guarda pouca semelhança com a conceituação clássica do populismo e que, da mesma forma, o neoliberalismo representa, sobretudo no plano político, um distanciamento significativo em face dos fundamentos da doutrina liberal. Sob essa ótica, a qualificação dos governos, feita com base na sua maior ou menor carga de populismo ou liberalismo, é ideológica, no pior sentido, e arrogante na pretensão de identificar quais regimes são o passado, e quais a última estação da modernidade.

Para entender o atual quadro político latino-americano, há que se levar em conta, primeiro, que as respostas dadas pelos países aos desafios à crise do nacional-desenvolvimentismo foram condicionadas pela distinta configuração de suas estruturas socioeconômicas e, segundo, que, não obstante a variedade de estratégias introduzidas

para se ajustar ao novo sistema, os fundamentos econômicos foram essencialmente os mesmos em todos os casos. Nada muito distinto do que se observa na fase desenvolvimentista quando, subjacente aos conflitos entre esquerdas e direitas e à margem das especificidades nacionais, havia um conjunto de pressupostos compartilhados por todo o espectro político, o mais importante dos quais dizia respeito à legitimidade da intervenção do Estado na economia.

Hoje, passadas três décadas da onda reformista, pode-se afirmar que todos os países sul-americanos conservam os fundamentos das mudanças econômicas então implementadas: abertura ao capital estrangeiro, liberalização do comércio, autonomia dos bancos centrais, sanção constitucional da propriedade privada e da livre empresa. Avaliar até que ponto a ruptura com o neoliberalismo, pregada pelos regimes de esquerda, realmente aconteceu exige cautela, para não se cair no ruído discursivo da propaganda política. É possível que, atualmente, as duas formas de “regimes de esquerda” (social-democrata e “populista”) devam seu relativo sucesso à preservação, mesmo sem aprofundamento, das reformas realizadas no auge do neoliberalismo e à bonança da economia internacional dos últimos lustros, que vinha facilitando a implementação de políticas sociais de amplo alcance.

Claro que há diferenças de vulto no funcionamento das instituições democráticas, na estabilidade política, no nível do conflito social e nas formas de processá-los, mas elas não são fruto de opções por modelos econômicos distintos. A explicação dos contrastes ganharia em inteligibilidade se a análise incorporasse ao seu campo de visão, além do sistema institucional e partidário, fatores relativos à estrutura estatal, seu grau de autonomia, e a complexidade e eficiência de sua máquina burocrática, bem maior nos países que se industrializaram na fase do “desenvolvimento para dentro” (1930-1960), e reduzidos nas economias que continuaram fazendo “da exportação do bem primário a mola mestra do crescimento” (THORP, 1998, p. 178). Se o populismo tem algo a ver com a configuração política de nossos dias, isso se deve, certamente, à herança deixada pelo nacional-desenvolvimentismo no plano da modernização da economia e, concomitantemente, da estrutura burocrática do Estado. No mais, é notável o consenso sobre as bases do sistema dentro do qual ocorrem as polarizações e os processos de diferenciação.

Em alguns países, a existência de fortes clivagens étnicas e regionais tem contribuído para exacerbar o conflito distributivo, num quadro caracterizado, de um lado, por um crescimento generalizado das demandas, em virtude do efeito-

demonstração que a modernização globalizada propicia, e, do outro, pela desigual capacidade, mais burocrática do que financeira, dos Estados para processá-las. Nessas circunstâncias, o velho conceito de pretorianismo segue sendo útil para a análise e caracterização de alguns regimes democráticos, embora o golpe militar, que fora a hidra de sete cabeças, não seja mais um corolário provável das defasagens entre a intensidade da participação e mobilização e a capacidade intermediadora das organizações e instituições políticas. De toda forma, há motivos para suspeitar que a causa dos abalos permanece ativa no interior do sistema político de vários países, cuja dinâmica continua condicionada por configurações socioeconômicas e fragilidades institucionais de longa data. Não é casual, portanto, que Equador, Bolívia, Peru e Argentina tenham sido, desde a redemocratização, responsáveis pela maioria dos casos de governos que não completaram seus mandatos.

No plano político, todos os regimes, na Terceira Onda, aderiram à democracia como valor e hoje conformam governos via eleições livres, alentam, em distintas doses, modalidades participativas, e se declaram igualmente cumpridores dos direitos humanos, embora poucos consigam sê-lo na prática. Contrariamente à época em que os temas do desenvolvimento e da dependência ofuscavam o debate sobre a democracia, quando os populismos clássicos não colocavam no jogo eleitoral o fundamento último de sua representatividade e legitimidade, hoje todos os regimes, incluídos os apontados como neopopulistas, apóiam-se amplamente nessa plataforma. Mais ainda, as constituições reconhecem e legitimam direitos étnicos, o exercício de formas tradicionais de autoridade e, em vários casos, modalidades de representação corporativa, assim como práticas de justiça comunal. Apesar de suas fontes e motivações não compartilharem necessariamente os mesmos interesses ou motivações, a convergência da onda democrática com as reformas econômicas dos anos 1980 e 1990 tornou ambos os processos, a exemplo do acontecido no encontro do platonismo com o cristianismo, indissociáveis em muitos sentidos. É precisamente essa mistura que faz do chamado neoliberalismo e da democracia globalizada de nosso tempo uma configuração *sui generis*, incongruente com o ideário liberal decimonônico, ao mesmo tempo que explica, em parte, a expansão da democracia no mundo atual.

O populismo venezuelano

A Venezuela, ou melhor: o chavismo, é, sem dúvida, a experiência que melhor

ilustra o quanto o uso ideológico do termo populismo ofusca a compreensão do quadro político contemporâneo. Uma revisão superficial e, certamente, limitada do que tem sido produzido sobre esse país desde que Chávez assumiu o governo em 1998 revela logo o peso desproporcional das análises voltadas seja à figura do caudilho ou à esfera político-institucional, comparativamente aos estudos que se concentram no exame da estrutura e dinâmica socioeconômicas. Não seria exagero dizer que o acompanhamento das vicissitudes do chavismo, por parte da mídia e de amplos setores da academia, se faz a partir de uma enorme ignorância com respeito aos alicerces sociais em que se sustenta.

Na maioria das avaliações do regime, uma percepção difusa da extraordinária importância do petróleo na economia e na política da Venezuela já é o bastante para se internar sem demora nas trilhas da apologia ou da censura.⁸ Fala-se pouco da estrutura da sociedade, de sua distribuição regional, das clivagens étnicas e regionais, da idiosincrasia social e da cultura política de suas classes médias e altas, e de suas elites intelectuais. E não é que nada disso se saiba, senão que simplesmente há pouco interesse em incorporar esses elementos na análise, já que não se trata de desvendar causas para compreender processos, mas de medir, para usos ideológicos ou de militância política, o distanciamento entre o chavismo e a verdadeira revolução e a verdadeira democracia. Ou, sob outro ângulo, sua aproximação ou distanciamento do populismo.⁹ Isso pode interessar ao próprio Chávez ou a seus detratores, mas não deveria ser o foco de quem estuda o processo venezuelano. Em todo caso, o denominador comum a ambas as exegeses é que o regime representaria uma ruptura – de sentido progressista para uns, retardatário para outros. A referência, claro, é o sistema construído a partir do pacto de Punto Fijo (1958), o qual teria colapsado na década de 1990, depois das frustradas tentativas para reformá-lo. Mas o que teria colapsado, para o bem ou para o mal?

Os apologistas do chavismo acreditam que foi a arquitetura excludente, centralista e autoritária do *ancien régime*, enquanto seus críticos lamentam que a vítima tenha sido uma das mais longevas e consolidadas democracias da região. Chama a atenção o fato de que nenhum dos lados destaque, para além da intensidade da polarização, a marcada continuidade existente entre os sistemas socioeconômicos,

⁸ Para uma análise técnica e bem informada do setor, consultar: Sánchez; Baena; Esqueda (2000).

⁹ Certamente que há várias exceções a esse tipo de orientação. Um exemplo notável é a obra editada Lalander (2006). Também o ensaio de Saint-Upéry (2007).

anterior e posterior a Chávez e, concomitantemente, as semelhanças das respectivas configurações políticas.

O cavalo de batalha, para críticos e apologistas, veio a ser a estatização e nacionalização do setor petrolífero, incentivadas pelo governo. Para os primeiros, é o sinal mais claro de que o chavismo veio para reverter as políticas neoliberais e privatizantes dos anos 1980; já os segundos consideram essas medidas a prova do anacronismo de um regime que vai na contramão da tendência universal a desbancar o Estado empresário. Antes de entrar no mérito dessas avaliações, vale a pena lembrar duas coisas: primeiro, que a nacionalização do setor foi feita, na Venezuela, em 1976, durante a vigência do sistema pactuado em Punto Fijo e em pleno auge dos preços do petróleo no mercado internacional. Segundo, a reforma liberalizante introduzida em 1987 não reverteu esse processo, simplesmente tirou o setor do controle do Ministério de Minas e Energia e o colocou nas mãos da burocracia da *Petroleos de Venezuela Sociedad Anónima (PDVSA)*. Fruto dessa tendência, a empresa estatal ganhou considerável autonomia, abriu-se a parcerias com companhias de capital estrangeiro, internacionalizou suas atividades, investindo em refinarias e postos de gasolina na Europa e nos Estados Unidos, com ampla margem discricionária na realização de seus negócios.

Em outras palavras, a chamada reforma neoliberal na Venezuela não fez outra coisa que liberar a empresa petrolífera da tutela fiscal, mas não a privatizou. De toda forma, a mudança repercutiu seriamente nos alicerces fiscais do Estado e, conseqüentemente, na própria sustentação do sistema pactuado em Punto Fijo. Com efeito, o valor dos impostos arrecadados pelo Estado a partir da exportação de petróleo em 2000 foi 16% menor que em 1981, apesar de os ingressos brutos gerados pelas exportações de petróleo terem aumentado em mais de 30% com relação àquele ano. Inversamente, as transferências da PDVSA para suas filiais no exterior cresceram, de modo que, no segundo lustro da década de 90, a média anual desses envios já era de US\$ 500 milhões. O poder e a margem de autonomia da PDVSA na tomada de decisões relativas ao setor-chave da economia venezuelana fizeram com que muitos caracterizassem a empresa como um estado dentro do Estado.

Essa pauta foi revertida em 1999 e 2001 pelo governo de Chávez, através da Lei Orgânica de Hidrocarbonetos, que reposicionou a PDVSA para dentro do Ministério de Economia e estabeleceu que as empresas estrangeiras só poderiam operar na forma de sociedades mistas com a participação da PDVSA no controle de 51% das ações. A

maioria das empresas estrangeiras afetadas pela nova lei, como a Shell British Petroleum e a Chevron Texaco, renegociou seus contratos e permaneceu no país, em virtude das enormes perspectivas de lucros e porque a abertura ao capital estrangeiro continuou sendo, na Venezuela, bem mais liberal do que em outras economias exportadoras de petróleo, como a Rússia ou a Arábia Saudita, por exemplo.¹⁰ Finalmente, há que se destacar que o controle do setor petrolífero por parte dos Estados é um fenômeno generalizado em nível mundial, e independe da coloração ou orientação ideológica dos governos. Hoje, dez empresas estatais concentram 53% das reservas mundiais, enquanto outras menores, mas também nacionais, dispõem de 16% das reservas em Estados como a China, Índia, Brasil e Malásia (SÉRÉNI, 2007).

Portanto, pensar que esse fato determina a configuração do modelo econômico equivale a considerar similares os regimes da China, do Brasil, da Índia e da Venezuela. Na verdade, ciclos de privatização e de estatização são frequentes em economias dependentes da exportação de petróleo ou de minério, e seguem um padrão detectado em vários pontos do planeta (EVANS, 1985, p. 197). Primeiro, processa-se a entrada de capitais no setor extrativo e de refino via grandes companhias multinacionais. Esse evento, por sua vez, induz à formação de um aparato estatal de certo porte, destinado inicialmente a realizar tarefas de monitoramento, mas que logo adquire capacidade e know-how suficientes para operar, por conta própria, o conjunto do setor. A decisão de dar esse passo, sobretudo em momentos de crise fiscal, vê-se favorecida pelo baixo custo político que acarreta o aumento da tributação, ou até mesmo a nacionalização das indústrias de enclave, como se pode verificar pelo apoio generalizado da população a esse tipo de medidas.

Por outro lado, uma vez que se trata de setores capazes de gerar rendas de considerável impacto, seu controle permite que Estados fracos ou fragilizados possam contar rapidamente com recursos materiais e administrativos suficientes para regular o conjunto da economia e fortalecer a matriz fiscal. Era, pois, previsível que esse corolário viesse acontecer na Venezuela, como na Bolívia, após as crises que se seguiram à implementação das reformas chamadas de “neoliberais”. Mas isso não autoriza a que se fale da adoção de um modelo econômico distinto, quando apenas se trata de uma variante daquele observado em outros países da região – variante que,

¹⁰ Após a vitória de Chávez no primeiro referendun, a norte-americana Chevron Texaco anunciou investimentos de US\$ 6 bilhões para refinar petróleo na região do Orenoco. A Exxon Mobile comunicou que participaria de um projeto petroquímico de US\$ 3 bilhões, juntamente com a Petróleos da Venezuela. Ver: Weissheimer (2004).

aliás, deriva da trajetória de enclave, do caráter mono-exportador e do baixíssimo nível de industrialização de suas respectivas economias. Vale a pena lembrar, nessa linha, que Chávez, poucos meses depois de assumir o governo, deu seguimento ao processo de privatização nos setores metalúrgico, elétrico e de telecomunicações que fora iniciado na presidência de Caldera, mas que, em decorrência das crises política e social, tinha ficado em suspenso. Portanto, não há base para afirmar que a economia tenha mudado radicalmente, quando o que se constata é, na verdade, a substituição da nomenclatura partidária e da burocracia sindical da Quarta República pela boliburguesia ou burguesia bolivariana na “apropriação mafiosa dos recursos públicos” (SAINT-UPÉRY, 2007, p. 37). Em outras palavras, o tradicional caráter rentístico do Estado e a corrida a seus cofres permanecem incólumes, e se, no futuro próximo, haverá ou não ruptura com o passado dependerá do grau de afastamento que se consiga alcançar, em face do histórico padrão de dependência das vicissitudes do petróleo que a economia, a sociedade e a política venezuelanas têm manifestado até hoje.

A partidocracia da época de Pacto Fijo assim como o chavismo destituído de partidos foram configurados pelo mesmo sistema econômico e tendem a produzir iguais resultados: centralismo, personalismo, exclusão de maiorias ou de minorias, rentismo e lutas políticas, mais ou menos institucionalizadas ou desgovernadas, pelo controle dos enormes recursos do petróleo. Se algum elemento original existe no chavismo, ele se projeta, como corresponde aos tempos da globalização, no plano externo. A partir desses parâmetros mínimos, as diferenças do atual regime venezuelano com relação à fase anterior, e comparativamente aos governos da região, são evidentes e vêm sendo apontadas diariamente nas análises acadêmicas e pela imprensa: precária institucionalidade com destaque para a ausência de partidos capazes de representar, mediar e conter os interesses em conflito, excessiva concentração de poder em mãos do Executivo e sujeição do Judiciário aos seus desígnios, inserção e instrumentalização das Forças Armadas em todos os níveis do governo, e, por fim, a megalomania do caudilho.

Não é difícil arrebanhar pilhas de evidências para cada uma dessas características do chavismo, mas descrevê-lo não equivale a revelar sua dinâmica, e menos ainda a explicar as causas de sua atual configuração. Caracterizar o novo regime como populista ou revolucionário a partir de tais traços não ajuda em nada a entender sua verdadeira índole, e só serve como recurso discursivo no embate político. Pior ainda se todas as virtudes e malefícios são referidas à figura do *Señor Presidente* como primeira causa. Semelhante perspectiva não leva a lugar nenhum que não seja à

tautologia de colocar a causa da precária institucionalidade e da instabilidade do sistema político no comportamento truculento do líder máximo, e a emergência deste e sua ampla margem de arbítrio à crise das instituições e da estabilidade políticas. No final, resta apenas a vetusta concepção da história como resultado das ações de heróis ou de vilões de mítica estatura. Infelizmente, essa tem sido a atitude mais comum também no âmbito acadêmico, corroborando a afirmação de Przeworski, para quem nossa época disputa com a estalinista o título de campeã de ideologia.

Corolário

Falar da América Latina envolveu sempre o desafio de atentar para as especificidades nacionais sem se render à tautologia de que “cada caso é um caso à parte”. Houve um tempo não muito distante em que as ciências sociais enfrentaram essa empreitada, construindo categorias conceituais capazes de incorporar as dimensões estruturais e diacrônicas às análises das vias de desenvolvimento e modernização latino-americanas. Crucial nesse empreendimento foi a elaboração de taxonomias que permitissem, por um lado, agrupar em conjuntos significativos a variedade de experiências e, por outro, articular conceitualmente os níveis socioeconômico e político. Hoje é comum a dissociação ou a concentração unilateral em uma dessas esferas, e a prevalência de óticas normativas que, na hora de avaliar o cenário latino-americano atual, recorrem ao rótulo de populismo para se eximirem da tarefa de explicar experiências nacionais que não se ajustam ao padrão de reforma idealizado, ou à linha evolutiva que se identifica com a razão universal.

O abandono, que já vem de algum tempo, das perspectivas estruturalistas, em conjunto com a ênfase, por vezes exclusiva, nas dimensões político-institucionais têm nublado a visão das tendências de longo prazo que, em graus diferentes e por via de revoluções, reformas sucessivas ou evoluções silenciosas, vêm modificando dramaticamente a feição das sociedades latino-americanas nos últimos 60 anos. Muitos dos fatores responsáveis por essas mudanças não se enquadram nos limites cronológicos da terceira onda democrática, nem se relacionam diretamente com as configurações constitucionais e institucionais promovidas pelas reformas econômicas e políticas recentes.

Em síntese, fora da configuração dos sistemas sociais mapeados pela sociologia da modernização e pelo marxismo dos anos 1960, a difusão do termo populismo, tanto

na linguagem comum, como na das ciências sociais, tem sido proporcional à sua imprecisão conceitual, e em nada contribui para o entendimento da compleição e dinâmica dos atuais regimes. As tentativas de estudá-los sem referência à matriz socioeconômica em que se sustentam têm dado lugar a aberrações e mistificações ideológicas de toda espécie. É precisamente porque as instituições e as ações políticas contam pontos, que seu enquadramento deve ser efetivado a partir do horizonte de alternativas possíveis que uma determinada configuração socioeconômica comporta.

Embora a dimensão normativa seja consubstancial à análise política, há que se evitar tanto os enfoques voluntaristas que fazem girar o sistema social por inteiro em torno do temperamento mais ou menos carismático ou truculento de certas lideranças, quanto o reducionismo das explicações que consideram o arranjo institucional, ou sua fragilidade, a causa suficiente para explicar os traços de um determinado regime. Por outro lado, há que se ter cautela na hora de fazer da democracia o critério para diferenciar os bons governos dos maus, sobretudo pelo bem da própria democracia. Obviamente há diferenças na qualidade das distintas democracias nacionais. Mas até com relação a aqueles regimes que, segundo alguns, teriam ultrapassado a fronteira do não-retorno, como a Venezuela ou a Bolívia, a qualificação de “autoritários” resulta problemática e difícil de ser aplicada de maneira inequívoca, como também é discutível chamar de democráticos, sem qualificação nenhuma, regimes como o argentino ou o brasileiro. A bem da verdade, mesmo quando se confere o atributo de democráticos a governos ou regimes de países considerados historicamente como modelos planetários, isso se faz, com demasiada freqüência, fazendo vista grossa da montanha de evidências contrárias, seja no âmbito do estado de direito, seja na esfera da representação. Talvez o que se queira apontar com os *rankings* da democracia na América Latina na atualidade seja a maior ou menor propensão existente entre os distintos regimes da região a recair no autoritarismo de tipo militar. Mas isso parece, por ora, igualmente implausível em todos os casos.

Finalmente, não há dúvida de que a apologia feita a certos regimes por parte das esquerdas têm muito a ver, hoje como ontem, com a busca ansiosa de um novo lar para a esperança, após cada experiência de socialismo frustrado. Seguramente um balanço futuro dos governos que hoje estão na mira do debate político mostrará que o repertório de virtudes e malefícios, avistados por esquerdas e direitas, sustentava-se, antes, no desejo do que na avaliação bem informada dessas experiências.

Abstract

This essay shows how the term populism, emptied of its original heuristic value, as constructed by Marxism and the sociology of modernization, and dissociated from any particular reference to an specific period or social system, has become an ideological tool in the political struggles for the representation of true democracy in Latin America. Moreover, it is argued that the main contrasts between leftist regimes today do not refer to greater or lesser emphasis on participative or representative democracy, nor to the degree of institutionalization of their party systems but to the capacity, complexity and strength of the states' foundations. In this line of thought, differences between regimes can be best explained by path dependence dynamics particularly with reference to the legacy of the national developmental period. The case of Venezuela is analyzed to illustrate the arguments.

Key words: Populism; Democracy; State; Latin America.

Referências bibliográficas

DORBUSH, Rudi; EDWARDS, Sebastian (Ed). *The macroeconomics of populism in Latin America*. University of Chicago Press, 1991.

EVANS, Peter B. Transnational linkages and the economic role of the state: an analysis of developing and industrialized nations in the post-world war II period. In: EVANS, Peter B.; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda. *Bringing the State Back In*. Cambridge University Press, 1985.

GERMANI, Gino; DI TELLA, Torcuatto; IANNI, Octavio. *Populismo e contradições de classe na América Latina*. Buenos Aires: Eudeba, 1973.

GRAHAM, Carol. Opportunistic government or sustaining reform? Electoral trends and public-expenditures patterns in Peru, 1990-1995. *Latin American Research Review*, v. 33, n. 1, p. 67-104, 1998.

IONESCU, G.; GELLNER, Ernest. *Populismo*. Buenos Aires: Amorrortu, 1969.

LALANDER, Rickard O. Política y sociedad en la Venezuela del chavismo. *Stockholm Review of Latin American Studies*, n.1, 2006. (Universitet Stockholms, Institute of Latin American Studies).

PEREIRA, Luís C. Bresser. *A reforma do estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

SAINT-UPÉRY, Marc. El enigma bolivariano. Ocho preguntas y ocho respuestas sobre la Venezuela de Hugo Chávez. *Archipiélago. Revista de Análisis Político y Cultural*. n.1, octubre-diciembre, p. 28-46, 2007.

SÁNCHEZ, Benito; BAENA, César; ESQUEDA, Paul. La competitividad de la industria petrolera venezolana. Santiago de Chile: CEPAL, serie Desarrollo Productivo, enero 2000.

SÉRÉNI, Jean-Pierre. A nova era do petróleo estatal. *Le Monde Diplomatique*, mar. 2007.

THORP, Rosemary. *Progress, poverty and exclusion*. An economic history of Latin America in the 20th Century. Washington: Inter-American Development Bank, 1998.

TVARDOVSKAIA, Valentina A. *El populismo ruso*. México: Siglo XXI, 1978.

ULLMANN, Walter. *Principios de gobierno y política en la Edad Media*. Madrid: Alianza Editorial, 1961.

VILAS, Carlos M. Populismos reciclados o neoliberalismo a secas? El mito del “neopopulismo” latinoamericano, *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n.22, jun. 2004.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Energia e poder. Petróleo é chave para entender mapa político da América Latina. *Agência Carta Maior*, 27 ago. 2004.